

LISLAINE PAULA QUEIRÓZ FERREIRA

DIAGNÓSTICO DAS DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (DIAGNÓSTICO SRM'S)



MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA - PPGEB

PRODUTO EDUCACIONAL

CAÇADOR, 2023

UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE -UNIARP
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA - PPGEB

DIAGNÓSTICO DAS DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE NAS SALAS DE
RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
(DIAGNÓSTICO SRM'S)

MESTRANDA LISLAINE PAULA QUEIRÓZ FERREIRA
AUTORA

DRA. MADALENA PEREIRA DA SILVA
ORIENTADORA

LINHA DE PESQUISA CULTURA, ENSINO, SAÚDE E FORMAÇÃO
DOCENTE

GRUPO DE PESQUISA COMPLEXIDADE, ECOFORMAÇÃO E
TRANSDISCIPLINARIDADE – GCET

CAÇADOR, 2023

UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – UNIARP
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA – PPGEB

**DIAGNÓSTICO DAS DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE NAS SALAS DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS (DIAGNÓSTICO SRM'S)**

**PRODUTO EDUCACIONAL PROVENIENTE DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, INTITULADA
'EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PRINCÍPIOS DA ACESSIBILIDADE NAS SALAS DE
RECURSOS MULTIFUNCIONAIS', DEFENDIDA EM 24/02/2023 NO PPGEB/UNIARP.**

Objetivo do Produto Educacional

Auxiliar as escolas do município de União da Vitória – Paraná, as instituições e órgãos competentes, os sujeitos de direitos e as famílias, no que se refere conhecimento dos princípios da acessibilidade nas salas de recursos multifuncionais.

Palavras-chave: Educação Inclusiva.
Inclusão. Acessibilidade.

**Linha de Pesquisa 2 - Cultura, Ensino,
Saúde e Formação Docente e Grupo de
Pesquisa GCET**

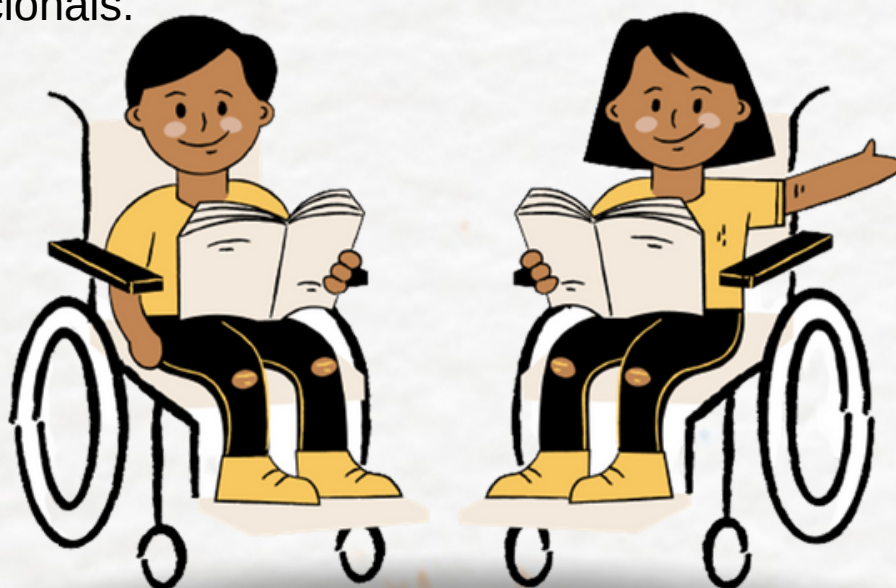
Busca ampliar olhares possíveis sobre as diferentes políticas educacionais, objetivando a compreensão e delineando ações que gerem transformações e pesquisas que valorizam e estimulam o protagonismo para o desenvolvimento de produtos educacionais compatíveis com as demandas da Educação Básica.

AUTORIA: LISLAINE PAULA QUEIRÓZ FERREIRA; ORIENTAÇÃO: DRA. MADALENA PEREIRA DA SILVA
ANO DA PRODUÇÃO: 2023

CARTA AO LEITOR

Este produto educacional, denominado "Diagnóstico SRM's" é uma pesquisa de resistência propositiva resultante da dissertação da mestra Lislaine Paula Queiróz Ferreira, intitulada 'Educação inclusiva e os princípios da acessibilidade nas salas de recursos multifuncionais'. Orientado pela Professora Dr(a.) Madalena Pereira da Silva, o estudo é vinculado a Linha de Pesquisa Cultura, Ensino, Saúde e Formação Docente, do Programa de Mestrado Profissional em Educação Básica (PPGEB), da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

A pesquisa foi realizada em duas escolas municipais de União da Vitória no Paraná, com o propósito de apresentar como estão sendo desenvolvidas as dimensões da acessibilidade (arquitetônica; atitudinal; comunicacional; instrumental; metodológica e programática) nas salas de recursos multifuncionais.



AUTORIA DO PRODUTO EDUCACIONAL



Lislaine Paula Queiróz Ferreira

Possui graduação em Pedagogia e Letras (Português/Inglês) pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória/Paraná. Especialista em Língua Inglesa e Educação Especial. Pedagoga do Governo do Estado do Paraná e Professora de Educação Infantil no município de União da Vitória/PR. Mestre no Curso de Mestrado Profissional em Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).



Dra. Madalena Pereira da Silva

Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Mestre em Ciência da Computação pela UFSC (2004). Bacharel em Informática pela Universidade do Planalto Catarinense (2002). Licenciada em Ciências de 1º Grau pela Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC (1999). Professora na UNIPLAC no Programa de Mestrado Acadêmico em Educação, nos cursos de Pedagogia, Sistemas de Informação e Engenharias. Professora do Programa de Mestrado Profissional em Educação Básica e do Curso de Pedagogia em EaD na Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	7
2 DIAGNÓSTICO DAS DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS.....	11
2.1 DIMENSÃO ARQUITETÔNICA.....	11
2.2 DIMENSÃO ATITUDINAL	12
2.3 DIMENSÃO COMUNICACIONAL.....	13
2.4 DIMENSÃO INSTRUMENTAL.....	14
2.5 DIMENSÃO METODOLÓGICA.....	15
2.6 DIMENSÃO PROGRAMÁTICA.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS.....	19

APRESENTAÇÃO

Este material consiste em um produto educacional desenvolvido junto a dissertação intitulada 'Educação inclusiva e os princípios da acessibilidade nas salas de recursos multifuncionais', que teve o objetivo analisar se as salas de recursos multifuncionais das escolas de Educação Básica de União da Vitória oferecem um ambiente em consonância com os princípios da acessibilidade aos estudantes da Educação Especial.

A pesquisa, de resistência propositiva, foi realizada em duas escolas do município de União da Vitória/PR, sendo feita análise nas dimensões de acessibilidade: arquitetônica; atitudinal; comunicacional; instrumental; metodológica e programática, propostas por Sasaki (2009).

Foi fundamentado nas normas previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – NBR 9050/2020, no Manual de Acessibilidade Espacial para escolas: o direito à escola acessível (2009), elaborado pelas autoras: Marta Dischinger; Vera Helena Moro Bins Ely; Monna Michelle Faleiros da Cunha Borges, e nas concepções das dimensões de acessibilidade de Romeu Kazumi Sasaki (2009).

Espera-se que as informações contidas neste documento contribuam para a educação inclusiva das escolas, no sentido de efetivar o direito de acesso e de participação dos estudantes com deficiência nas salas de recursos multifuncionais através do Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como de toda a comunidade escolar. O produto educacional também tem o intuito de auxiliar as instituições e órgãos responsáveis por prover a acessibilidade, os sujeitos de direitos e as famílias.



1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS DO PRODUTO EDUCACIONAL

Este produto educacional tem como princípios pedagógicos:



Compromisso com a educação inclusiva.



Compromisso com os princípios da acessibilidade nas Salas de Recursos Multifuncionais.



Respeito aos estudantes com deficiência propiciando o efetivo exercício de construção da cidadania.

Esses princípios têm como aporte contribuições de estudos de diferentes autores e o amparo de documentos que regulamentam a educação brasileira conforme pode ser observado na contextualização da sequência. Em seguida apresentam-se uma síntese das dimensões de acessibilidade proposto por Sasaki (2009), os problemas mais recorrentes nas escolas analisadas e sugestões de melhorias.

PRIMEIRO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO

Compromisso com a educação inclusiva

Sassaki afirma que a ideia de inclusão surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram expostas as pessoas com deficiência por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes de trabalhar; características essas atribuídas indistintamente a todos os portadores ou que tiveram alguma deficiência (SASSAKI, 1997, p. 30-31). Assim, este princípio pedagógico se compromete com a superação dos processos de exclusão, especialmente o que pode ocorrer em instituições escolares.



SEGUNDO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO

Compromisso com os princípios da acessibilidade nas Salas de Recursos Multifuncionais

A sala de recurso multifuncional (SMR) é um dos espaços que provê o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os estudantes da rede regular de ensino. No entanto, existem escolas que possuem salas de recursos multifuncionais que ainda não são acessíveis e inclusivas, impossibilitando a mobilidade dos estudantes e influenciando no seu desenvolvimento. Romeu Sasaki (2009) é um pesquisador comprometido em promover a inclusão das pessoas com deficiências na sociedade. Em suas pesquisas, o pesquisador classifica o conceito de acessibilidade em seis dimensões: arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, instrumentais, metodológicas e programáticas (SASSAKI, 2009). Portanto, este princípio pedagógico busca englobar os princípios da acessibilidades nas SRMs, pautando-se nas referidas dimensões.



TERCEIRO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO

Respeito aos estudantes com deficiência propiciando o efetivo exercício de construção da cidadania

Na perspectiva da educação inclusiva, todas as escolas de educação básica devem prover acessibilidade para que os estudantes tenham acesso e condições de transitar pelos espaços com autonomia, permanecerem na escola e terem condições de se desenvolverem integralmente. Desta forma, este princípio pedagógico implica na construção da autonomia e cidadania destes estudantes.



2 DIAGNÓSTICO DAS DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS

2.1 DIMENSÃO ARQUITETÔNICA

A dimensão arquitetônica visa eliminar as barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola, permitindo o livre acesso dos estudantes com deficiência.

Os problemas mais comuns de acessibilidade arquitetônica são a ausência de rampas, falta de banheiros adaptados, falta de piso tátil e/ou de alerta para auxiliar os estudantes com deficiência visual, falta de piso antiderrapante e barras de apoio, presença de desníveis e obstáculos na área de circulação dos estudantes, ausência de contraste entre as cores do piso, parede e móveis da sala de recursos multifuncionais.

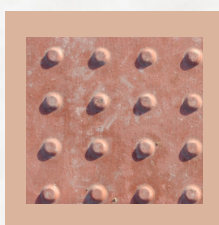
RESISTÊNCIA PROPOSITIVA POR UMA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA



Instalação de rampas



Banheiros adaptados



Piso tátil e piso antiderrapante



Barras de apoio

Sugere-se o apoio em políticas públicas locais para a efetivação de obras que englobam estas mudanças arquitetônicas na escola. As colorações nas salas de recursos multifuncionais também podem ser melhoradas com o apoio da equipe pedagógica e comunidade escolar com materiais de baixo custo (tintas, papéis cartão, etc.).

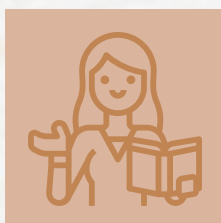
2.2 DIMENSÃO ATITUDINAL

Considerada a mais importante de todas, pois refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. A forma como você trata uma pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida é fundamental para que o ambiente seja realmente acessível e inclusivo. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

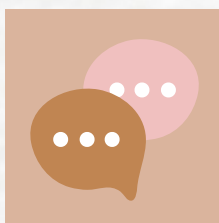
Essa acessibilidade pode ser notada quando existe, por parte dos gestores institucionais, o interesse em implementar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude. A priorização de recursos para essas ações é um indicativo da existência de acessibilidade atitudinal.

Embora não observado nas escolas analisadas, a segregação e o preconceito ainda são amplos em muitos lugares. Portanto, faz-se necessário intensificar ações de sensibilização para mudanças de atitudes e comportamentos de todas as pessoas.

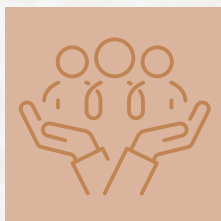
RESISTÊNCIA PROPOSITIVA POR UMA ACESSIBILIDADE ATITUDINAL



Formação continuada



Diálogo com a comunidade



Atividades inclusivas



Palestras e oficinas

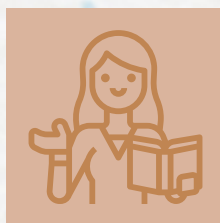
O professor apresenta papel fundamental nesta dimensão, sendo necessária a sua constante formação continuada acerca dos princípios da educação inclusiva. Além disso, atividades de sensibilização se fazem igualmente necessárias, incluindo, conversas constantes com a comunidade escolar, palestras e oficinas podem servir de subsídios para a eliminação dos preconceitos.

2.3 DIMENSÃO COMUNICACIONAL

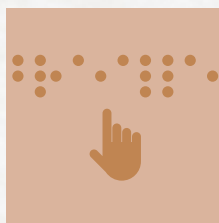
É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital), assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

Um dos exemplos de acessibilidade nas comunicações é a presença do intérprete na sala de aula em consonância com a Lei de Libras – e Decreto de Acessibilidade.

RESISTÊNCIA PROPOSITIVA POR UMA ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL



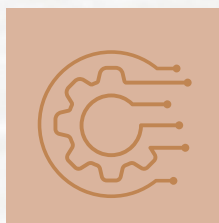
Formação continuada



Materiais adequados



Contratação de profissionais



Acesso digital

Faz-se necessária a ampliação de políticas públicas de acessibilidade municipais para a provisão de múltiplos meios comunicacionais.

Além disso, formações continuadas para o o corpo docente e equipe pedagógica são essenciais para a intensificar a comunicação interpessoal, diferentes meios de propagação e compreensão comunicacional, sejam meios impressos ou digitais, intermediados por tecnologias digitais e/ou agentes humanos.

2.4 DIMENSÃO INSTRUMENTAL

Visa mensurar se os materiais pedagógicos, as atividades e qualquer tipo de medida educacional considera a diversidade, superando a eliminação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo.

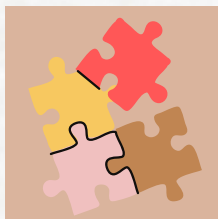
Esse tipo de acessibilidade envolve todas as demais e sua materialidade reflete a qualidade do processo de inclusão plena do estudante na educação.

Desta forma, dentre todas as possíveis soluções já expostas neste produto, destacam-se a seguir algumas das medidas mais importantes.

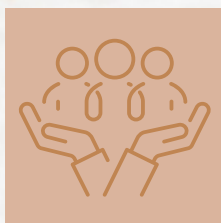
RESISTÊNCIA PROPOSITIVA POR UMA ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL



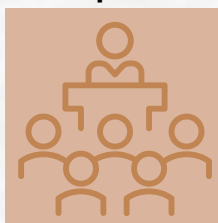
Formação continuada



Materiais lúdicos adequados



Atividades inclusivas



Palestras e oficinas

Na dimensão instrumental, intensificar a formação de professores para estimular mudanças de percepção dos docentes e equipe pedagógica, assim como promover atividades inclusivas e materiais adequados à inclusão dos estudantes, oportunizando o trabalho em conjunto e a diversidade na escola.

2.5 DIMENSÃO METODOLÓGICA

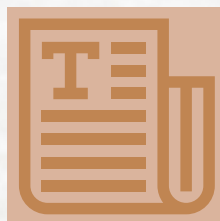
Conhecida também como pedagógica, é a ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Tem como objetivo avaliar se há professor capacitado para trabalhar com pessoas com deficiência, bem como se a escola adota uma política de capacitação constante nesses termos. A escola deve adaptar seus métodos e técnicas com a finalidade de incluir todos.

É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, *softwares* ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos, como destacado a seguir.

RESISTÊNCIA PROPOSITIVA POR UMA ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA



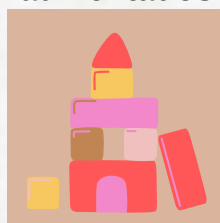
**Formação
continuada**



**Textos
impressos e
aumentados**



**Leitores de
tela**



**Jogos
didáticos
diversificados**

Recursos como: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela e jogos lúdicos adequados podem ser importantes subsídios para a superação das barreiras identificadas nesta dimensão.

Destaca-se a relevância da constante formação continuada de professores para o aprimoramento acerca da educação inclusiva.

2.6 DIMENSÃO PROGRAMÁTICA

Refere-se a eliminação de barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos dos estabelecimentos de ensino, entre outros).

Essa acessibilidade se expressa, também, toda vez que novas leis, decretos, portarias são criadas com o objetivo de fazer avançar os direitos humanos em todos os seus âmbitos.

Temos como exemplo a Lei nº 16.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que visa, segundo a Constituição: “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. (BRASIL, 2015).

Esta dimensão é essencial para a concretização de todas as ações referentes às demais dimensões. Assim, as políticas públicas são fundamentais.

RESISTÊNCIA PROPOSITIVA POR UMA ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA



Criar uma política interna na escola ou no município para trabalhar intensamente sobre a dimensão programática, pois observou-se que em ambas as escolas quase não se discute e/ou não se conhece esta dimensão.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todos os diagnósticos das dimensões de acessibilidade nas salas de recursos multifuncionais percebe-se que para se trabalhar na perspectiva de escola inclusiva, é preciso ações coletivas e colaborativas entre família, escola e governo, pois, do contrário, esse trabalho ficará fragmentado e exclusão não é minimizada.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois incluir não é apenas possibilitar o acesso do estudante com deficiência à escola; é preciso acolher as diferenças, suscitar debates, socializar experiências e garantir a permanência dos estudantes no espaço escolar, propiciando o efetivo exercício à construção da cidadania.

Quanto às seis dimensões da acessibilidade percebeu-se que nenhuma das escolas visitadas tem por completo inseridas no seu sistema de educação essas dimensões para atender os seus estudantes com deficiência.

A acessibilidade escolar merece destaque nos estudos sobre educação inclusiva, sendo uma forma de recepção capaz de acolher qualquer discente e propiciar uma educação de qualidade, independente de seus atributos físicos ou psicológicos.

De acordo com os resultados obtidos nesta pesquisa, foi possível concluir que as escolas apresentam necessidade de adaptação da estrutura física a fim de atender às demandas de estudantes com deficiência. Mediante a avaliação dos dados coletados foi possível perceber que há limitações arquitetônicas, dificultando a acessibilidade adequada e o acesso livre, autônomo e seguro a todos os ambientes das instituições de ensino.

Nesse cenário, faz-se necessário o engajamento de políticas públicas para que ocorra a real efetivação da acessibilidade no campo investigativo, a fim de garantir a construção e desenvolvimento de uma sociedade igualitária e equânime.



INCLUSÃO É UM DIREITO DAQUELES QUE PRECISAM,
E INCLUIR É UM DEVER DE TODOS
LETÍCIA BUTTERFIELD

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 4. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

DISCHINGER, Marta; ELY, Vera Helena Moro Bins; BORGES, Monna Michelle Faleiros da CUNHA. **Manual de acessibilidade para escolas: o direito à escola acessível**. Brasília: MEC, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano XII, v. 12, p. 10-16, mar. /abr. 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.